



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

CONTRATO Nº 66/2024

Processo Administrativo nº 10012/2024

Pelo presente instrumento particular o **MUNICÍPIO DE PEDERNEIRAS**, com sede à Rua Siqueira Campos, nº S-64, CNPJ nº 46.189.718/0001-79, doravante denominado Contratante, representado neste ato por **Ivana Maria Bertolini Camarinha**, Prefeita Municipal, brasileira, casada portadora do RG nº 13.***.***-1-SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob nº 131.***.***-14, residente e domiciliada nesta cidade de Pederneiras/SP e **COSTA SILVESTRE EVENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 08.803.903/0001-12, com sede à Rua Suécia, nº 88 – Jardim Europa I – Avaré/SP, doravante denominada Contratada, representada neste ato por **Eunice Aparecida da Costa Silvestre**, brasileira, divorciada, empresária, portadora do RG nº 7.***.***-4, e inscrito no CPF sob nº 749.***.***-10, residente e domiciliada na Rua Suécia, nº 88 – Jardim Europa I – Avaré/SP – CEP 18707-170, daqui em diante denominada Contratada, mediante Dispensa de licitação (Artigo 75, inciso VIII da Lei 14.133/2021), mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

DOS DOCUMENTOS

Cláusula primeira. Integram este contrato, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado e a proposta apresentada pela Contratada, cujo teor é de pleno conhecimento das partes.

DO OBJETO

Cláusula segunda. Este contrato tem por objeto a prestação dos serviços de locação de estruturas para evento, em conformidade com a proposta apresentada pela Contratada, para os dias 23, 24, 25 e 26 de maio, em relação aos seguintes itens, em conformidade com os Anexos II – Especificações Técnicas e III – Riders técnicos e mapas de palcos e com a proposta apresentada pela Contratada:

1. Equipamentos para sonorização e iluminação com operador (palco 01)

O sistema de som e iluminação deverá atender o palco 1 - artistas principais e deve ter 1 técnico de som e 1 técnico de iluminação durante todo o evento conforme riders em anexo. O sistema de som e iluminação deve atender aos riders técnicos, em especial da Banda Jota Quest. Qualquer dúvida, entrar em contato com o técnico - contato em anexo no rider da banda).

O sistema de iluminação deve estar acompanhado de 2 canhões seguidores de no mínimo 1200W com operadores e 1 skywalker de 4000W para todos os dias do evento (23 a 26 de maio).

Os equipamentos relativos ao objeto deste contrato deverão ser entregues no Recinto de Exposições “José Augusto de Carvalho Neto”, sito à Avenida Paulista, nº O-1259, nesta cidade de Pederneiras/SP, sendo devidamente montados, instalados e estarem em plenas condições de operação e funcionamento até as 10h do dia 23 de maio do presente exercício, para que sejam efetuados os testes necessários pelos responsáveis do Contratante, pela Polícia Militar e pelo Corpo de Bombeiros.

Os equipamentos serão utilizados nos shows artísticos a serem realizados no período de 23 a 26 de maio do presente exercício, correndo por conta da Contratada todas as despesas de seguros, transporte, carga, descarga, montagem, desmontagem, instalação, operação e segurança dos equipamentos, bem como alimentação e hospedagem do seu pessoal, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da contratação, inclusive acidentes de trabalho.

Após finalizadas as festividades de comemoração do aniversário do Município, os equipamentos deverão ser desinstalados e retirados do Recinto imediatamente.

A CONTRATADA deverá fornecer o comprovante de recolhimento junto ao CREA da ART de montagem e segurança dos equipamentos.

Caso ocorram problemas ou não aceitação dos artistas com os equipamentos antes ou durante a realização do evento, a Contratada deverá providenciar prontamente o reparo ou substituição dos mesmos.

2. Painéis diversos para utilização em shows durante e realização da FENAP/2024, sendo:

- Paineis de LED P3 outdoor de alta resolução medindo 8mx4m, treliçado P30 alumínio de 8m de largura x10m de altura com processadora e cabeamento de no mínimo 30 m para o dia 23 de maio;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

- Painel de LED P3 outdoor de alta resolução medindo 8mx3m, treliçado P30 alumínio de 8m de largura x10m de altura com processadora e cabeamento que chegue na house mix para o dia 24 de maio;
- Painel de LED P3 outdoor de alta resolução medindo 12mx5m, treliçado P30 alumínio de 12m de largura x10m de altura com processadora 4k com backup igual e sinais em redundância; 01 computador gamer, avell, alienware, MSI com placa de vídeo 3070 8GB/16GB + 32GB RAM +2T disco SSD interno e 6 canais de placa de captura em SDI, com software arena resolume versão 7 para o dia 25 de maio e;
- Painel de LED P3 outdoor de alta resolução medindo 10mx0,5m, com processadora 4k com backup igual e sinais em redundância; 01 computador gamer, avell, alienware, MSI com placa de vídeo 3070 8GB/16GB + 32GB RAM +2T disco SSD interno e 6 canais de placa de captura em SDI, com software arena resolume versão 7 para o dia 25 de maio.

§ 1º Estão consideradas inclusas todas as despesas concernentes à execução do objeto, tais como o fornecimento da mão-de-obra necessária, encargos sociais, ferramental, equipamentos, locações, transporte, traslado, montagem, desmontagem, consertos, guarda dos seus equipamentos, benefícios, despesas indiretas, tributos e quaisquer outras incidências.

§ 2º A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratual, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o estabelecido no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

DA EXECUÇÃO DO OBJETO

Cláusula terceira. O objeto será executado de acordo com as condições contidas no Processo nº 10012/2024 e na proposta apresentada pela Contratada, que originou este contrato, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 89 da Lei n. 14.133/2021, sendo que os equipamentos deverão ser **entregues montados e instalados até às 10 h do dia 23/05/2024 (quinta feira).**

§ 1º A Contratada deve entrar em contato com a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo do Contratante após a assinatura deste contrato para que, juntas, decidam as providências que deverão ser tomadas, no sentido de evitar transtornos durante a execução dos serviços objeto deste contrato.

§ 2º Os serviços sob a responsabilidade da Contratada são aqueles que correspondem aos que efetivamente forem executados em decorrência deste contrato. As execuções que apresentarem defeitos deverão ser refeitas, sem custos adicionais ao Contratante.

§ 3º A falta de funcionários e/ou equipamentos e ferramentas não poderá ser alegada como motivo para a não execução do objeto e não eximirá a Contratada das penalidades a que estará sujeita pelo não cumprimento das condições estabelecidas.

§ 4º A execução deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados nesse instrumento, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se apresentadas, por escrito, e aprovadas pelo Contratante.

§ 5º A Contratada só será eximida de sua responsabilidade por qualquer evento considerado como danoso e/ou prejudicial à regular execução do objeto, se, após análise do Contratante, restar concluído que se trata de fato imprevisível, dificultoso à normal execução do contrato, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, ou ainda, de caso fortuito e força maior, cabendo exclusivamente à Contratada o encargo de reunir toda documentação necessária à comprovação da ocorrência dos fatos mencionados, a ser apreciada pelo Contratante.

DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula quarta. O Contratante exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução do objeto contratado, a qualquer hora, por meio de funcionário(s) especialmente designado(s) para tal função, nomeado(s) através de ato próprio pelo setor requisitante, nos moldes do disposto no Decreto Municipal nº 5.410/2024.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do Contratante:

- I – promover condições para a execução do objeto deste contrato;
- II – assegurar o livre acesso às áreas envolvidas de pessoas credenciadas pela Contratada para a sua execução, prestando-lhes esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;
- III – empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da nota fiscal, respeitada a ordem cronológica;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

- IV – fiscalizar a execução do objeto, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, comunicando à Contratada quaisquer fatos que necessitem de sua imediata intervenção;
- V – publicar o extrato do contrato e de seus aditivos;
- VI – controlar e acompanhar toda a execução do contrato;
- VII – designar gestor operacional para acompanhamento deste contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades da Contratada:

- I – executar o objeto nas condições estabelecidas neste contrato e nas especificações técnicas em anexo;
- II – refazer imediatamente, por sua conta, o que não for aceito pela fiscalização;
- III – cumprir todas as exigências das leis e normas atinentes ao objeto contratual, incluindo as diretrizes estabelecidas pelos órgãos de fiscalização e controle, tais como o CREA, CAU, Corpo de Bombeiros e Defesa Civil, dentre outros, além das normas atinentes à segurança, higiene e medicina de trabalho;
- IV – facilitar todas as atividades de fiscalização realizadas pelo Contratante, fornecendo todas as informações e elementos necessários;
- V – respeitar os prazos contratuais previstos neste contrato;
- VI – não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia anuência, por escrito, do Contratante;
- VII – comunicar ao Contratante, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução do objeto;
- VIII – manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo e na legislação pertinente;
- IX – cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- X – fornecer os adequados equipamentos de proteção coletiva e individual a todos os que trabalharem ou, por qualquer motivo, permanecerem no local de execução, incluindo o uso de uniforme e crachá de identificação.

DO CRÉDITO

Cláusula sétima. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta do orçamento previsto na dotação 827, vínculo 01.110.0000, elemento da despesa 3.3.90.39.00/23 – festividades e homenagens.

DO VALOR E DO PAGAMENTO

Cláusula oitava. O Contratante compromete-se a pagar à Contratada o valor total de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) pela execução integral e definitiva do objeto deste contrato, conforme proposta apresentada.

§ 1º - O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento definitivo dos serviços, mediante crédito em conta-corrente da **CONTRATADA**, após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelos servidores do Contratante, juntamente com a **Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa aos Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**.

§ 2º - Não serão pagas faturas que contenham rasuras ou apresentem descrição em desacordo com as instruções emitidas pelo departamento solicitante, com as especificações técnicas em anexo, com o contrato e com a proposta da Contratada. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em igual prazo ao do original, após a data de sua reapresentação válida.

§ 3º - No caso de a Contratada encontrar-se em situação de recuperação judicial, deverá apresentar declaração, relatório ou documento equivalente de seu administrador judicial, ou se o administrador judicial for pessoa jurídica, do profissional responsável pela condução do processo, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial.

§ 4º - No caso de a Contratada encontrar-se em situação de recuperação extrajudicial, junto com os demais comprovantes, deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

§ 5º - **Quando da emissão das correspondentes notas fiscais ou faturas, deverão ser observadas as regras contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 2.145, de 26 de junho de 2023 e no Decreto Municipal nº 5.328/2023, inclusive quanto ao correto destaque do valor do imposto de renda a ser retido.**

I - Pessoas jurídicas imunes, isentas ou optantes pelo SIMPLES NACIONAL/MEI, não estão sujeitas à retenção de imposto de renda. Para isso, deverão comprovar com declaração tal condição.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

§ 5º - Não haverá antecipação de pagamento para a execução do objeto deste ajuste, para efeito do artigo 145, da Lei nº 14.133/2021.

§ 6º - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Cláusula nona. Os valores poderão ser repactuados quando necessário para estabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata ou do contrato dela decorrente, tal como pactuado.

I - A Contratada deverá apresentar requerimento ao Contratante, durante a vigência do contrato, acompanhado de prova inequívoca da variação de preços dos bens ou serviços registrados.

II - A repactuação retroagirá a partir da data do protocolo do requerimento, quando autorizado.

III - Os valores também poderão ser alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços ora ajustados.

IV - Na hipótese do parágrafo anterior, a alteração dos preços retroagirá à data em que entrou em vigência a norma que criou, alterou ou extinguiu os tributos ou encargos legais.

V - O Contratante informará o resultado da análise do pedido de repactuação ou de revisão do equilíbrio econômico-financeiro dos preços no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, contado do protocolo do pedido.

VI - Ademais, os preços inicialmente contratados manter-se-ão fixos e irrevogáveis por um período de 01 (um) ano contado da data da apresentação da proposta.

VII - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

VIII - Eventuais diferenças entre o índice geral de inflação efetivo não geram, por si só, direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

IX - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

X - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

XI - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

XII - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

XIII - Quaisquer pedidos relacionados ao reajustamento de preços ou ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato serão apreciados no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, prorrogável por igual período, desde que constatada a elevada complexidade do caso.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula décima. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a Contratada que, no decorrer da contratação:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

- II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - Deixar de entregar a documentação exigida durante a execução deste contrato;
- V - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VI - Apresentar declaração ou prestar declaração falsa durante a execução do acordo;
- VII - Praticar ato fraudulento durante a execução do acordo;
- VIII - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- IX - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- X - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- XI - A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência;
- b) Multa:
- b.1) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso;
- b.2) 10% (dez por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do Contrato;
- b.3) 20% (vinte por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do Contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;
- c) Impedimento de licitar e de contratar com o Município de Pederneiras/SP, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- XII - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas nesta cláusula e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
- XIII - As multas serão recolhidas em favor do Município de Pederneiras/SP, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa e cobradas judicialmente.
- XIV - As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no instrumento de formalização do ajuste.
- XV - Estará sujeita à pena de advertência a Contratada que der causa à inexecução parcial do contrato, desde que a conduta não justifique imposição de penalidade mais grave.
- XVI - Para aplicação de penalidade mais grave, considerar-se-ão circunstâncias agravantes, sem prejuízo daquelas identificadas no caso concreto:
- a) O inadimplemento por mais de 15 (quinze) dias; e
- b) O inadimplemento em relação a parte maior que a metade do objeto.
- XVII - Estará sujeita à pena de impedimento de licitar e contratar perante o Município de Pederneiras/SP a contratada que incorrer nas infrações definidas nos itens II, III, IV e V deste contrato.
- XVIII - Estará sujeita à pena de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar a licitante/adjudicatária que incorrer nas infrações definidas nos itens VI, VII, VIII, IX e X deste contrato.
- XIX - O atraso injustificado na execução sujeitará a Contratada a multa de mora de 0,5% (meio por cento), aumentada por 0,1% (um décimo por cento) ao dia de atraso até o máximo de 30% (trinta por cento).
- XIX - A Autoridade Competente, na aplicação das sanções, levará em consideração:
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas dos órgãos de controle.
- XX - O procedimento administrativo para aplicação de multas, sem prejuízo dos dispositivos do previsto Título IV, Capítulo I, da Lei Federal nº 14.133/21, observará as seguintes diretrizes:
- XXI - O procedimento será precedido de notificação extrajudicial, expedida pelo fiscal do contrato ou outro agente competente, na forma do ato regulamentar da respectiva Secretaria Municipal.
- XXII - A notificação extrajudicial será expedida através de endereço eletrônico fornecido pela licitante.
- XXIII - Transcorrido prazo de 3 (três) dias úteis sem confirmação de recebimento, a notificação será reputada como recebida, desde que encaminhada ao endereço eletrônico fornecido pela licitante, a quem compete o dever de mantê-lo atualizado.
- XXIV - Não sanado o defeito na execução do objeto no prazo indicado na notificação, o procedimento para aplicação das sanções administrativas será iniciado, expedindo-se a respectiva intimação, na forma do item



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

abaixo, onde constará as sanções a que sujeita a licitante e o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de defesa prévia, conforme artigos 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021.

XXV - O processo para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 8.2 do Edital será conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis ou, se o caso, por 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade .

XXVI - a comissão supramencionada avaliará os fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para apresentar defesa prévia e especificar as provas que pretenda produzir, na forma do item 8.8.2.

XXVII - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

XXVIII - § 3º Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

XXIX - Recebida a defesa prévia ou transcorrido o respectivo prazo, será prolatada decisão pelo Secretário Municipal gestor do contrato no prazo de 10 (dez) dias úteis, observada a necessidade de prévia análise jurídica para aplicação da pena de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

XXX - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

XXXI - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;

XXXII - suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

XXXIII - suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

XXXIV - Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

XXXV - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

XXXVI - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

DA INEXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima primeira. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º - Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

VII - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

§ 2º O descumprimento, por parte da Contratada, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao Contratante o direito de extinguir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§ 3º A extinção por ato unilateral do Contratante sujeitará a Contratada à multa rescisória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

§ 4º Caso o valor do prejuízo do Contratante advindo da extinção contratual por culpa da Contratada exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

§ 5º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

DOS ENCARGOS

Cláusula décima segunda. As despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, seguros, transporte, traslado, alimentação, hospedagem, tributos e quaisquer outros resultantes da execução deste contrato ficarão a cargo da Contratada, bem como a correta aplicação da legislação atinente à segurança, à higiene e à medicina do trabalho.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima terceira. A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em aditivo, que a este contrato se aderirá.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

Cláusula décima quarta. O presente contrato encontra-se vinculado ao Despacho que autorizou a contratação e a proposta apresentada pela Contratada e será regido pela Lei nº 14.133/2021, através das disposições expressas no referido diploma legal e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

DOS PRAZOS

Cláusula décima quinta. Este contrato terá os seguintes prazos:

I – de vigência: 01 (um) mês, a contar da data de assinatura deste contrato;

II – de execução: de 22/05/2024 a 27/05/2024.

Parágrafo único. Outros prazos eventualmente relacionados à execução do objeto estarão previstos nas especificações técnicas em anexo.

DA PUBLICAÇÃO

Cláusula décima sexta. O Contratante providenciará a publicação deste contrato no Diário Oficial Eletrônico do Município de Pederneiras/SP e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para fins de garantia de ampla publicidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

DO FORO

Cláusula décima sétima. Fica eleito o Foro da Comarca de Pederneiras/SP, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas deste contrato. E, por estarem acordes, as partes assinam este contrato em 03 (três) vias de igual forma e teor.

Pederneiras, 21 de maio de 2024.

EUNICE APARECIDA DA COSTA SILVESTRE
Costa Silvestre Eventos Ltda

IVANA MARIA BERTOLINI CAMARINHA
Prefeita Municipal

MICHELE VITORATO EUGÊNIO
Secretária Municipal Adjunta de Cultura e Turismo
FISCAL DO CONTRATO

Testemunhas:

LUIS CARLOS RINALDI
CPF N° 053.***.***-00

JOCELENE CANATO BOTERO
CPF N° 314.***.***-03



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

ANEXO I - TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: Município de Pederneiras

CONTRATADA: Costa Silvestre Eventos Ltda

CONTRATO Nº 66/2024

OBJETO: Contratação dos serviços de locação de equipamentos de sonorização e iluminação com operador e painéis de LED P3.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Pederneiras, 21 de maio de 2024.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO, RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO, ORDENADOR DE DESPESAS E RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA POR PARTE DO CONTRATANTE:

Nome: Ivana Maria Bertolini Camarinha

Cargo: Prefeita Municipal

CPF: 131.***.***-14

Assinatura: _____

RESPONSÁVEL QUE ASSINOU O AJUSTE PELA CONTRATADA:

Nome: Eunice Aparecida da Costa Silvestre

Cargo: Proprietária

CPF: 749.***.***-10

Assinatura: _____

FISCAL DO CONTRATO:

Nome: Michele Vitorato Eugênio

Cargo: Secretária Municipal Adjunta de Cultura e Turismo

CPF: 363.***.***-41

Assinatura: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

RESPONSÁVEL PELO PROCESSO LICITATÓRIO:

Nome: Luis Carlos Rinaldi

Cargo: Secretário Municipal de Compras e Licitações

CPF: 053.***.***-00

Assinatura: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

ANEXO II

Processo Administrativo nº 10012/2024

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 - Objeto do Pedido:

Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de equipamentos para sonorização e iluminação com operador (palco 01) para a realização de eventos nas datas especificadas nestas especificações técnicas durante o evento FENAP 2024 (Feira das Nações 2024) do Município de Pederneiras/SP, através da Prefeitura Municipal de Pederneiras, com a organização e Coordenação da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

1.1.1 - Especificações do serviço:

Item	Descrição	Unidade	Qtde	RS TOTAL
01	Locação de 01 sistema de som e iluminação de grande porte (palco principal); devendo contar com operadores e técnicos e atender as especificações das bandas (riders) que se apresentarão no evento – riders dos sistemas de som em anexo – não considerar os pedidos de Painel Led e visual nos riders, pois será solicitado à parte	Unid.	1	R\$ 120.000,00

NOTA: os valores referenciais acima informados correspondem ao período total de duração do evento.

1.2 - Prazo de vigência:

O contrato terá vigência de 01 (um) mês, a contar de sua assinatura.

1.3 - Possibilidade de Prorrogação de Prazo:

Prazo improrrogável

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 - Necessidade de contratação:

A presente Contratação destina-se a sanar as necessidades estruturais para a realização do evento FENAP 2024 (Feira das Nações 2024) e atender as necessidades específicas que um evento dessa modalidade exige, já que a administração e o local não dispõem destas estruturas e serviços (palcos, camarins, som, iluminação, portal treliçado em alumínio, painel de LED treliçado, painéis de LED P3 e sistema de edição de imagens e câmeras com operadores); a fim de proporcionar uma melhor experiência do evento, conforto e segurança aos participantes, atendendo às demandas dos artistas para se apresentarem

2.2 - Adequação:

A presença dos equipamentos de som e iluminação com operadores, contribui para a apresentação dos artistas consagrados e bandas locais, atendendo aos riders técnicos das mesmas. A presença dos camarins atende aos requisitos de contratação por parte dos artistas, para seu conforto e segurança antes e após as apresentações e para também receber autoridades e fãs.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

2.3 - Proporcionalidade:

Os custos com a contratação da empresa especializada, apesar de significativos, justificam-se na medida em que a prestação do serviço garantirá a segurança e conforto de centenas/milhares de cidadãos que venham a participar do evento.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Faz-se necessário a contratação de empresa especializada na locação de estruturas temporárias para a realização de eventos para a realização do evento FENAP 2024 (Feira das Nações 2024) e atender as necessidades específicas que um evento dessa modalidade exige, proporcionando a segurança dos participantes; bem como atender aos dispositivos legais inerentes à contratação de serviços por parte do poder público.

O serviço de som e iluminação de grande porte deve contar com operadores/técnicos e atender as especificações das bandas conforme riders anexo.

A estrutura descrita acima deverá ficar disponível durante os 04 (dias) dias de festa, sendo que a mesma deverá ter início às 19h na quinta (23/05), sexta (24/05) e sábado (25/05), e no domingo (26/05) às 11h e retiradas após o término do evento (27/05).

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada para prestar serviços de locação de equipamentos para sonorização e iluminação com operadores para a realização do evento FENAP 2024 (Feira das Nações 2024) que acontecerá nos dias 23, 24, 25 e 26 de maio do corrente ano no Recinto de Exposições José Augusto de Carvalho Neto. A CONTRATADA deverá garantir o bom funcionamento da estrutura disponibilizada durante a realização do evento FENAP 2024 (Feira das Nações 2024). Os serviços deverão ser executados nas datas e local estabelecidos pela contratante. A montagem e desmontagem serão por conta da empresa contratada, incluindo transporte de todas as estruturas e diárias de alimentação dos funcionários. A contratada deverá fornecer Técnico de Som (responsável pela montagem dos equipamentos de som, manutenção e operacionalização durante o evento) e Técnico de Iluminação (responsável pela montagem dos equipamentos de iluminação, manutenção e operacionalização durante o evento). A empresa deverá cumprir a rigor todas as necessidades e caso seja necessário a Secretaria de Cultura e Turismo solicitará a adequação de serviço de acordo com o evento programado; A Contratada deve responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, pagamentos de recursos humanos, Previdência Social, impostos, encargos sociais, transporte e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidente de trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho dos serviços objeto do contrato, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação. A Prefeitura Municipal de Pederneiras, através da Secretaria de Cultura e Turismo, poderá se valer da análise técnica dos bens propostos antes da adjudicação e homologação da licitante para verificação do atendimento das especificações mínimas constantes nestas especificações técnicas. Fica sob responsabilidade da CONTRATADA a hospedagem e alimentação dos profissionais envolvidos na prestação dos serviços. Todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à execução dos serviços ora licitados correrão inteira e exclusivamente por conta da Contratada, inclusive:

- 1 - Montagem e desmontagem das estruturas e outros
- 2 - Laudo técnico e ART/RRT das estruturas;
- 3 - Vistoria e licença total da área devidamente autorizada pelo Corpo de Bombeiros e;
- 4 - Transporte total de equipamentos, estruturas e outros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Local e horário da prestação dos serviços. Recinto de Exposições José Augusto de Carvalho Neto – AV. Paulista O-1259. Dias: 23, 24, 25 e 26 de maio do corrente ano das 19h às 03h. Os deverão estar montados e instalados no Recinto de Exposições José Augusto de Carvalho Neto, nos locais especificados pela Secretaria de Cultura e Turismo até às **10 h do dia 23/05/2024 (quinta feira), ficando** disponíveis nas datas especificadas neste termo, sendo que toda estrutura deverá ser desmontada após o encerramento do evento no dia 27 de maio; com toda a documentação necessária para sua instalação e funcionamento. Quando da montagem da estrutura por parte da Contratada, for detectado que a mesma não apresenta características e especificações conforme exigidos neste termo, o contratado deverá substituir por outro que atenda sem ônus adicionais para o Município.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão da execução do contrato será exercida pelo Secretário de Cultura e Turismo Geraldo Antônio Cardoso Junior, ao qual competirá velar pela perfeita execução do objeto, em conformidade com o disposto nestas especificações técnicas e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência a CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil. O contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações técnicas e da proposta da CONTRATADA. Correrá por conta da contratada toda e qualquer despesa e encargos com pessoal e demais ocorrências, para a perfeita execução do objeto deste instrumento, caso se faça necessário. Aplicam-se no que couber, o artigo 117 da lei nº 14.133/21 e o Decreto Municipal nº 5.410/24.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Os pagamentos devidos serão realizados após a execução definitiva dos serviços, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da nota. A Contratada deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura com descrição dos serviços e quantidade discriminada e acompanhada da requisição dos mesmos, juntamente com a **Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa aos Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.** .

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Dispensa de licitação com fundamento no artigo 75, inciso VIII, da Lei nº 14/133/2021, em razão da situação de emergência relatada no Estudo Técnico Preliminar.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O recurso para pagamento será proveniente da dotação 827, vínculo 01.110.0000, elemento da despesa 3.3.90.39.00/23 – festividades e homenagens.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

ANEXO III RIDERS TÉCNICOS E MAPAS DE PALCOS